

Euro-Atlântico:
Espaço de Diálogos
Isabel Maria Freitas Valente
Iranilson Buriti de Oliveira
(Coord)

A EUROPA,
O OCIDENTE E O MAR
EUROPE,
THE WEST AND THE SEA

Isabel Maria Freitas Valente
Carlos Amaral
(Org.)

Editora da Universidade Federal de Campina Grande
Imprensa da Universidade de Coimbra
2020

Euro-Atlântico:
Espaço de Diálogos

Isabel Maria Freitas Valente
Iranilson Buriti de Oliveira
(Coord)

A EUROPA, O
OCIDENTE E O MAR
*EUROPE, THE WEST
AND THE SEA*

Isabel Maria Freitas Valente
Carlos Eduardo Pacheco do Amaral
(org.)

Editora da Universidade Federal de Campina Grande
Imprensa da Universidade de Coimbra
2020

Ficha Técnica

Colecção: *Euro-atlântico: Espaço de Diálogos*, Coordenada por Isabel Maria Freitas Valente e Iranilson Buriti de Oliveira

Título nr. 10: *A Europa, O Ocidente e o Mar / Europe, the West and the Sea*

Organização: Valente, Isabel Maria Freitas; Amaral, Carlos Eduardo Pacheco

Conselho Editorial: Carlos Eduardo Pacheco Amaral; Joel Carlos de Souza Andrade; Manuel Lopes Porto; Maria Manuela Tavares Ribeiro; Regina Coelli Gomes Nascimento; Silede Leila Cavalcante de Oliveira

Capa e Impressão: Pantone4

Edição Brasileira: Editora da Universidade Federal de Campina Grande - EDUFCG

ISBN Digital: 978-65-86302-19-6

Edição Portuguesa: Imprensa da Universidade de Coimbra - IUC

ISBN Impresso: 978-989-26-2069-5

ISBN Digital: 978-989-26-2070-1

Ano de Edição: 2020

DOI: <https://doi.org/10.14195/978-989-26-2070-1>

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Todos os textos recebidos foram objeto de apreciação no âmbito processo de seleção e revisão por arbitragem científica.

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem a prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.

Apoio institucional:



CÉLULA 20
CENTRO DE ESTUDOS
INTERDISCIPLINARES
DO SÉCULO XXI
UNIVERSIDADE DE COIMBRA



ÍNDICE

Prefácio

Carlos Eduardo Pacheco do Amaral..... 9

Europa / Ocidente: Discursos e Representações

Maria Manuela Tavares Ribeiro 13

Oceanos: Que Futuro?

Ana Cordeiro de Azevedo 27

Os Açores, a Política Externa Portuguesa e os EUA

Luís Andrade 47

Una mirada transatlántica a los inicios de la Guerra Fría. Gilberto Bosques al frente de la legación de México en Portugal. (1945-1950)

Aurelio Velázquez Hernández 59

Santa Maria e o Arquicéu dos Açores

António Sousa Monteiro..... 79

A política atlântica de Espanha, 1898-1982

Rosa María Pardo Sanz 107

Kennedy e De Gaulle: convergências e divergências (1961-1963)

Miguel Estanqueiro Rocha..... 131

Nota Biográfica Autores 159

OCEANOS: QUE FUTURO?

Ana Cordeiro de Azevedo, PhD Candidate
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2832-0666>

Resumo

Ao analisar o crescimento e alteração dos perfis populacionais, os fluxos migratórios e mudanças climáticas, considerando a sua capacidade para gerar uma pressão acrescida no Planeta, vaticina-se nas próximas décadas, um novo “Lebensraum” (espaço vital) centrado nos Oceanos. A concretizarem-se as previsões, muito provavelmente a maior e mais inexplorada área do Planeta (cerca de 74%), o Oceano, será objeto dum renovado interesse, na medida em que pode ajudar as suprir muitas das futuras necessidades de subsistência da população. Nesse caso, os países com uma forte vertente marítima, como Portugal, irão enfrentar novas oportunidades e ameaças, que urge antecipar.

Palavras-Chave: Crescimento Populacional; Oceanos; Plataforma Continental; Portugal.

Abstract

Whilst analysing population growth and its profile changes, migration flows and climate changes, and considering the pressure they present to the Planet, we anticipate a new “Lebensraum” (vital space) centred on the Oceans. If such projections are confirmed, it's very likely the biggest and most unexplored part of our Planet (about 74%), the Ocean, will be subject to a renewed interest, once it's susceptible of providing for a significant part of the future human subsistence requirements. Being the case, countries with a significant maritime strand, like Portugal, will be placed before new opportunities and threats that it's urgent to anticipate.

KeyWords: Population Growth; Oceans; Continental Shelf; Portugal.

Introdução

Pretende-se com este trabalho justificar uma prospetiva¹ sobre a evolução da Geopolítica nas próximas décadas, onde os Oceanos² ganham uma relevância até agora inusitada. Este cenário é suportado por uma análise integrada de estudos em diversas áreas relativas à evolução da população humana e da sua subsistência na Terra, que nos levam a pressupor que os paradigmas Geopolíticos atuais tendem a mudar.

Assim, embora o nosso objetivo seja de âmbito Geopolítico, as conclusões são suportadas por dados e projeções no âmbito da Demografia, Geofísica ou Climatologia, para chegar às conclusões apresentadas no cenário prospetivo proposto. Há que salientar que, não se tratando de um trabalho do âmbito destas ciências, a autora não disputa a forma como foi recolhida e tratada a informação científica citada, partindo do pressuposto que as fontes são reconhecidas pela sua qualidade técnica e isenção. Consequentemente, limitar-nos-emos a propor uma interpretação sobre como a informação disponível, analisada de forma conjugada, é suscetível de influenciar a evolução Geopolítica nas próximas décadas.

Se a Demografia tem sido objeto de muitos estudos, em particular a partir da segunda metade do século XX, permitindo uma razoável segurança relativamente aos dados recolhidos e às projeções divulgadas, já a Geofísica e a Climatologia, embora muito estudadas, são ainda campos da ciência com muito por descobrir. Uma certeza temos, contudo: o nosso Planeta e o Oceano em particular, ainda escondem muitos segredos que por enquanto apenas intuímos, mas já conseguimos ter conhecimentos

1 RIBEIRO, S (2001) define o conceito nestes termos: “É, portanto, prospetiva uma reflexão que analisa o presente numa perspectiva dinâmica do tempo, por forma a encontrar um panorama mais ou menos alargado de futuros possíveis...”

2 National Oceanographic and Atmospheric Administration, US (NOAA): “While there is only one global ocean, the vast body of water that covers 71 percent of the Earth is geographically divided into distinct named regions. The boundaries between these regions have evolved over time for a variety of historical, cultural, geographical, and scientific reasons.” <https://oceanservice.noaa.gov/facts/howmanyoceans.html>

Nesta aceção, por Oceano(s) queremos referir aqui uma massa continua de água salgada, sem pretender uma caracterização geográfica. Assim, Oceano ou Oceanos, têm um sentido equivalente neste texto.

suficientes para reconhecer o quanto o aprofundamento das ciências é importante para o futuro da Humanidade.

Falar-se-á ainda brevemente de gestão de recursos e migrações. Aqui, teremos de estar cientes que estes temas são mais frequentemente abordados de forma política do que científica, pelo que há que evitar cair na tentação de seguir esse percurso e desviar o discurso dos dados objetivos. Mais uma vez as fontes de informação foram escrutinadas para assegurar o seu rigor científico e o máximo de isenção.

Falar-se-á ainda da importância da legislação quadro sobre o Direito do Mar, a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar ou UNCLOS³, nomeadamente num dos aspetos com maior relevância para o futuro e menos considerado pelos Estados, até ao século XXI: a gestão da Plataforma Continental e a abordagem da zona fora da jurisdição dos Estados, designada por ‘Área’.

O Nosso Cenário Base

Uma Terra a Transbordar

Os dados das Nações Unidas (UN), Organização Mundial de Saúde (WHO) ou Banco Mundial (WB), apenas para referir alguns dos organismos de referência com um historial de análise da evolução humana, confirmam que a Humanidade viveu no último século um período de crescimento sem precedentes⁴.

3 UNCLOS, 10 dezembro 1982, http://www.un.org/depts/los/convention_agreements/convention_overview_convention.htm

4 World Population Prospects - The 2018 Revision Key Findings and Advance Tables, The Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat, United Nations, New York, 16 maio 2018. <https://www.un.org/development/desa/publications/2018-revision-of-world-urbanization-prospects.html>. Para mais detalhe, podem ainda ser consultados:

United Nations, DESA / Population Division, World Population Prospects 2017, <https://esa.un.org/unpd/wpp/>,

World Health Organization, Global Health Observatory data, http://www.who.int/gho/mortality_burden_disease/life_tables/situation_trends/

World Bank, Indicators, <https://data.worldbank.org/indicator/>,

Wordometers, <http://www.worldometers.info/world-population/>.

Segundo a informação disponibilizada, em finais de 2017⁵ a população mundial tinha atingido cerca de 7,6 biliões e a expectativa média de vida à nascença de 72 anos, contrastando, respetivamente, com um número estimado de 3,03 biliões e uma expectativa de vida à nascença de não mais de 52,5 anos, apenas em 1960!

Não obstante o crescimento populacional já verificar um abrandamento⁶, a marca dos 10 biliões de pessoas será provavelmente atingida por volta do ano de 2055. Este crescimento populacional sem precedentes, é resultado direto dos avanços registados na ciência e tecnologia, a começar na primeira revolução industrial, mas de forma expressiva, após a 2ª Guerra Mundial i.e., sensivelmente a partir de meados do século XX. Uma simples revisão histórica permite-nos concluir que a alimentação nunca foi tão abundante e acessível, a medicina tão evoluída e os transportes e comunicações tão facilitados, sem o que a população não poderia ter crescido a um ritmo tão acelerado.

Mas o crescimento populacional também implica um fardo adicional para o Planeta. Mais pessoas implicam necessariamente mais alimentos, água, energia, transportes, etc... Mais relevante, esta procura acrescida não é linear, uma vez que a população mais urbanizada e ‘evoluída’ (numa interpretação ocidental), aumenta os respetivos parâmetros de consumo, quer em termos quantitativos, quer qualitativos i.e., a diversidade de produtos e serviços procurados é superior ao crescimento populacional.

Partindo destes considerandos gerais, verificamos em mais detalhe, que:

- O crescimento populacional concentra-se essencialmente nos ditos ‘países em desenvolvimento’ e, entre estes, nos mais pobres no continente Africano⁷. Ainda, e em relação direta, as taxas de fertilidade não só decrescem nos países mais desenvolvidos/ricos, como a população

5 Dados mais atualizados serão divulgados em meados de junho 2019 pelas Nações Unidas, não se encontrando disponíveis nesta data.

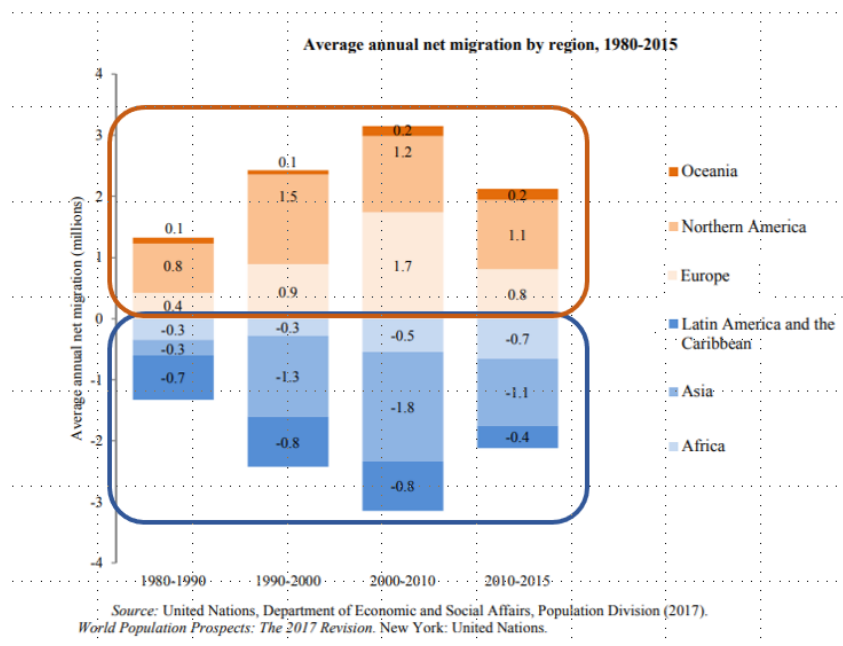
6 World Population Prospects The 2017 Revision, Key Findings and Advance Tables ESA/P/WP/248, 2017. A UN estima um crescimento em torno de 1,09% no período 2015-2020, decrescendo a partir daí para níveis inferiores a 1%

7 World Population Prospects The 2017 Revision

tem uma vida mais longa e, conseqüentemente, depende da mão de obra de outros por mais anos, enquanto crescem as necessidades de cuidados de saúde e geriátricos.

- Mais de metade da população mundial já reside nas concentrações urbanas e aparentemente esta tendência continua em crescimento: “Presentemente, 55% da população mundial reside em áreas urbanas, uma percentagem que se espera aumentar para 68% em 2050. As projeções indicam que a urbanização, uma mudança gradual de residência da população humano de zonas rurais para as urbanas, combinado com o crescimento geral da população, pode adicionar 2,5 biliões de pessoas às áreas urbanas em 2050, com cerca de 90% deste crescimento a verificar-se na Ásia e África... Algumas cidades registaram um declínio da população nos últimos anos. A maioria localiza-se em países com baixos índices de fertilidade na Ásia e Europa, onde a população em geral estagnou ou reduziu. A contração económica e os desastres naturais também contribuíram para a redução da população em algumas cidades.”⁸.
- As migrações intercontinentais são claramente expressas no quadro a seguir: para além das migrações com destino urbano, regista-se uma tendência migratória dos continentes mais pobres e politicamente mais instáveis (América Latina e Caraíbas, Ásia e África), para os mais ricos (América do Norte, Europa e Oceânia). Cabe referir que este fenómeno não pode ser dissociado do facto de o maior crescimento populacional se verificar no primeiro grupo, enquanto que no segundo, com taxas de fertilidade muito baixas, se verifica um decréscimo populacional que só é colmatado de alguma forma por estes migrantes (recorde-se a referência anterior, sobre uma população mais idosa necessitar da força de trabalho de terceiros por mais anos, para assegurar as suas necessidades).

8 Vide World Population Prospects – 2018 Revision, em comentários introdutórios.



- Estas migrações apontam para o desaparecimento das economias de subsistência tradicionais, uma vez que a maioria das pessoas deixa de poder prover diretamente às suas necessidades alimentares essenciais. Ainda, quanto mais longe a população habita relativamente à proveniência dos recursos básicos, de mais longe estes têm que ser transportados até aos consumidores. Isto implica a necessidade de mais transportes e infraestruturas, mas também de um maior processamento dos produtos para assegurar a sua preservação, o que se traduz em mais consumo energético e mais poluição e, infelizmente, num maior impacto climático.
- Campos abandonados e uma urbanização de fraca qualidade nas zonas onde se concentram as populações mais pobres, aumentam a dimensão e consequências das inundações, deslizamentos de terras e incêndios florestais. O ciclo tende a perpetuar-se com mais pessoas a necessitar de assistência, mais migrantes e mais campos abandonados.

- Outro dos efeitos relevantes da tendência de migração urbana referida: esta população vai procurar bens e serviços anteriormente inacessíveis ou simplesmente, não considerados relevantes. Para além da óbvia necessidade de transportes associados às deslocações diárias, uma população com acesso a eletricidade vai ambicionar a TV, o frigorífico e a comida processada (já não produz os seus alimentos e provavelmente as deslocações para o trabalho não permitem a compra diária de víveres). Estas novas necessidades vão acrescentar mais uma camada à programação não linear entre o crescimento populacional e o aumento da procura de bens e serviços.
- A terra só pode ser explorada dentro de certos limites. Mesmo com recurso às tecnologias mais sofisticadas (e a sua evolução tem sido espantosa, aumentando a produção e produtividade para limites inimagináveis apenas há algumas décadas), os terrenos acabam por ficar exaustos ou os custos de exploração são desencorajadores. Ainda, quando o aumento da densidade populacional é analisado, especialmente em África na Ásia ou América Latina, é cada vez mais evidente que os recursos precisam de viajar de distâncias cada vez maiores, para satisfazer as necessidades dos enormes aglomerados urbanos⁹.

Em suma, a observação e os dados científicos, levam-nos a concluir que a população ainda continua em crescimento (embora cada vez mais devido ao efeito conjugado duma maior expectativa de vida à nascença e maior longevidade, em detrimento das taxas de fertilidade) e mais de metade da população já reside em aglomerados urbanos.

O crescimento populacional continua a pressionar os níveis de consumo o que, por sua vez, acarreta mais poluição, mais restrição nos terrenos agrícolas devido à construção (frequentemente) desordenada e/ou alterações climáticas.

⁹ Vide, UN data em File POP/6: Population density by region, sub-region and country, 1950-2100 (persons per square km), <https://esa.un.org/unpd/wpp/Download/Standard/Population/>

As observações ainda nos permitem concluir que as grandes concentrações urbanas, frequentemente em terrenos inadequados para construção, e menos campos tratados, conduzem à redução das economias de subsistência, mas provavelmente mais grave, potenciam o efeito dos desastres naturais como inundações e fogos florestais.

O Potencial do Oceano

A vida começou no Oceano há muitos milhões de anos e estes continuam a controlar a existência de todos os seres vivos do nosso Planeta¹⁰
¹¹. Não obstante, o Oceano é em muitos aspetos menos explorado que o espaço, mas tudo indica que esta situação terá que ser alterada em breve.

Com uma Terra a transbordar e recursos a escassear, procurar soluções no Oceano é uma sequência natural¹². Basta considerar que o Oceano cobre quase três quartos da superfície da Terra (National Oceanographic and Atmospheric Administration, NOAA) e contém aproximadamente 1,338 biliões de quilómetros quadrados de água salina ou seja, em torno de 96,54% dos recursos aquáticos do planeta¹³. Não surpreende, portanto, que os Oceanógrafos estimem que não mais do que 20% do Oceano tenha sido mapeado e 5% objeto de estudos mais profundos, calculando-se que as 230 mil espécies classificadas, estejam longe dos milhões existentes. Em paralelo com o potencial biológico, existe ainda a perspectiva de enormes reservas inexploradas de minérios, e de energias renováveis e não renováveis, ainda por avaliar. Para exemplificar:

¹⁰ NOAA: Fitoplâncton, além de estar na base da cadeia alimentar, é responsável pela produção de cerca de 80% do oxigénio do nosso planeta e pela limpeza de mais de 30% do seu dióxido de carbono. Ou <https://www.nationalgeographic.com/environment/habitats/ocean/>

¹¹ As correntes Oceânicas são o principal factor de regulação do clima terrestre <https://www.mpimet.mpg.de/en/science/the-ocean-in-the-earth-system/>

¹² Lloyd's Register (2013), <https://www.lr.org/en/insights/global-marine-trends-2030/>

¹³ USGS, "How much water is there on, in, and above the Earth?" https://www.usgs.gov/special-topic/water-science-school/science/how-much-water-there-earth?qt-science_center_objects=0#qt-science_center_objects

- Segundo a estrutura de missão portuguesa para o estudo da Extensão da Plataforma Continental (EMPEC)¹⁴: a análise primária de algumas chaminés hidrotermais descobertas, designadas como ‘black smokers’ permitiram identificar uma acumulação de sulfuretos ricos em cobre, zinco, chumbo, ouro e prata, frequentemente com concentrações superiores aos depósitos terrestres. Foram ainda encontrados nódulos polimetálicos Fe-Mg (ferro e manganês), com elevadas concentrações de cobalto, cobre, níquel, zinco, platina, estrôncio, titânio, tálio, bismuto e molibdénio, entre outros – para ter uma ideia da relevância destas descobertas, basta recordar que o cobalto é extremamente limitado em terra e quase que exclusivamente concentrado na República Democrática do Congo e na Zâmbia.
- Não podemos ainda esquecer que a influência dos Oceanos no clima global é um facto estabelecido, muito embora ainda sejam necessárias décadas de estudo para entender plenamente esta influência¹⁵.
- Contra as expectativas quando se fala da sobre-exploração de muitas espécies marinhas, a captura de pescado tem-se mantido razoavelmente estável desde meados dos anos 1990 (cerca de 80 milhões de toneladas de pescado) e espera-se que assim se mantenha, pelo menos até os anos 2030, em parte devido ao aumento da aquacultura. Não obstante, certas espécies encontrem-se sob forte pressão devido à sobre-exploração! Contudo, para a OCDE (The Organisation for Economic Co-operation and Development), ‘talvez a maior ameaça a longo prazo para a captura global de pescado, seja a mudança climática’¹⁶.
- A energia representa um desafio com características muito próprias. As reservas de energia fóssil, tanto em terra como off-shore,

14 Dados gentilmente disponibilizados a pedido pela ‘Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental’ (EMPEC), Portugal

15 <https://www.noaa.gov/education/resource-collections/climate-education-resources/climate-change-impacts>

16 The Ocean Economy in 2030 (2016)

não são, obviamente, distribuídas de forma equitativa, além de serem limitadas. Um uso racional e a tecnologia já existente podem permitir uma maior duração dos recursos conhecidos, melhorando os efeitos poluentes. Mas o pleno aproveitamento dessas possibilidades iria requerer a boa vontade dos indivíduos e Países, recorrendo à disponibilidade para racionar o consumo e pagar mais pela eficiência energética, o que não se afigura uma perspectiva realista num futuro próximo.

A energia nuclear como alternativa generalizada, para além dos riscos de contaminação que ainda não conseguiram ser debelados, implica o risco da alternativa nuclear com fins militares passar a estar disponível em zonas geopoliticamente sensíveis, o que torna difícil vir a ser considerada aceitável pela comunidade internacional, relativamente a muitas Regiões / Países.

Assim, a menos que se registre um significativo salto científico, o nosso futuro inclina-se cada vez mais para as energias renováveis (apesar de esta alternativa também acarretarem muita controvérsia, pelos potenciais riscos para o equilíbrio dos ecossistemas e os efeitos na paisagem) e entre estas, surge o Oceano como um dos grandes recursos.

Atualmente, a capacidade instalada ao nível da energia renovável dos Oceanos ainda é limitada, mas em meados deste século (sem grandes avanços tecnológicos), estima-se que a energia das marés e das ondas possa atingir 337 GW¹⁷, com um nível semelhante a ser atingido pela Conversão Termal de Energia Oceânica (OTEC), ambas suscetíveis de gerar cerca de 1,2 milhões de empregos diretos [16]. Não parece ainda uma mudança dramática, mas é um sinal do potencial, caso a tecnologia evolua.

- Sendo atividades longamente estabelecidas, não iremos debater a relevância do transporte marítimo de mercadorias (o qual representou cerca de 89,6% do volume e 70,1% do valor da carga mundial em 2008), ou a importância das comunicações interna-

¹⁷ Gigawatt ou 1 bilião watts: unidade de potência destinada a quantificar a transferência de energia

cionais através dos Cabos Submarinos¹⁸ (estes suportam 99% das telecomunicações intercontinentais, sendo mais rápidos, económicos e fáceis de operar do que a alternativa por via satélite).

Apesar do já razoável conhecimento do potencial dos recursos Oceânicos, ter condições para os explorar plenamente ainda se depara com limitações técnicas / de viabilidade económica, frequentemente desencorajadoras. Devemos considerar que a maioria do leito marítimo se encontra a profundidades de cerca de 3000 metros, com uma pressão equivalente a 297,4 atmosferas, o que torna a exploração extremamente dispendiosa. Assim, antes de haver condições para uma exploração em larga escala e economicamente viável, tornam-se necessários enormes investimentos em ciência e tecnologia.

A visão da OCDE sobre o futuro da economia dos Oceanos, é contudo clara [¹⁶, p.3]: ‘O oceano é essencial para o bem-estar futuro e prosperidade da humanidade. É uma fonte fundamental de alimentos, energia mineral, lazer e transporte, do qual centenas de milhões de pessoas dependem... A nova ‘economia do oceano’ é impulsionada por uma combinação de crescimento populacional, aumento dos rendimentos, diminuição dos recursos naturais, resposta às mudanças climáticas e tecnologia pioneira... Mas a atividade económica no oceano é também caracterizada por uma complexa variedade de riscos que devem ser endereçados. Entre estes salienta-se a preservação da saúde do oceano contra a sobre-exploração dos recursos, poluição, aumento das temperaturas e nível do mar, acidificação e perda de biodiversidade...’.

As reflexões da OCDE sobre a economia do Oceano e os riscos a enfrentar, citadas supra, refletem muitas das preocupações da autora e motivam a investigação que está na base deste documento!

A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar

Não poderíamos discutir o Oceano sem mencionar a peça de legislação internacional mais relevante, o Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar ou UNCLOS^[3].

¹⁸ Vide detalhes em RODRIGUE, Jean-Paul (2017), e BROWN, David, (2015)

Tendo em consideração que falamos de cenários prospetivos, é relevante mencionar as duas vertentes que se afiguram mais relevantes para a futura exploração do Oceano e se encontram no centro da Geopolítica dos Oceanos, sendo chave para um novo ‘Eldorado’¹⁹: PARTE VI, relativa à Plataforma Continental (artigos 76-85), onde se aborda a soberania e exploração dos recursos minerais no solo e subsolo do Oceano, assim como os organismos vivos sedentários e ainda as previsões relativas à prospeção e exploração mineral, no que designa por ‘Área’ [Parte XI e Anexo III, referente ao solo e subsolo fora da jurisdição nacional].

- Em traços gerais, a reivindicação da Plataforma Continental por parte dum Estado, requer uma exaustiva e, conseqüentemente, dispendiosa investigação científica, para determinar os respetivos limites e suportar o ‘*dossier*’ a ser submetido às Nações Unidas. Muitos dos países marítimos, particularmente no hemisfério sul, não dispõem de recursos humanos, técnicos e/ou financeiros para suportar a submissão da proposta às Nações Unidas, estando assim limitados na exploração dos seus recursos naturais.
- Cabe salientar que esses direitos Soberanos subsistem independentemente de terem sido reclamados ou se registar uma ocupação efetiva (artigo 77 §3.) e não podem, conseqüentemente, ser usurpados. Uma eventual dependência de terceiros para as campanhas exploratórias com vista à reivindicação do direito Soberano, é algo que não se encontra previsto pela UNCLOS. Mas a dependência de terceiros para obter receitas dos respetivos recursos, torna os países mais pobres suscetíveis de aceitar condições que não salvaguardam necessariamente os seus interesses, o que aconselharia a algum tipo de intervenção arbitral por parte das Nações Unidas.
- A Convenção inclui ainda previsões relativas à prospeção e exploração mineral no que designa por ‘Área’. Apesar da já existente viabilidade tecnológica para a exploração, pode assumir-se que

19 COUTANSAIS, Cyrille (2012)

as profundidades acrescidas e distância costeira implicassem, ao tempo da redação da Convenção, custos de exploração muito elevados que eventualmente tenham sido considerados como travão para a exploração desta alternativa, justificando eventualmente o caráter vago das provisões (por exemplo, a ‘salvaguarda dos interesses da humanidade’ ou o conceito de ‘País menos desenvolvido’, são suscetíveis de ser interpretados de formas diversas). A precisão do normativo relativo à ‘Área’ é tanto mais relevante, quanto as barreiras tecnológicas se vão esbatendo rapidamente, deixando de ser relevantes num futuro próximo.

A proteção dos Estados mais débeis torna-se assim essencial, ao considerarmos a exploração das Plataformas Continentais ou a exploração de minerais nas zonas não Soberanas da ‘Área’, sob pena de se verificarem novos conflitos antes do final deste século.

Cabe aqui uma breve referência a Portugal, pela sua situação paradigmática. Admitindo que a proposta para a Extensão da Plataforma Continental (revista em 2017) é aceite pela Comissão de Limites da Plataforma Continental das Nações Unidas, Portugal terá apenas 3% do seu espaço soberano emerso (92 mil Km² do Continente e Ilhas), sendo os restantes 97% espaço oceânico, incluindo 1,6 milhões de Km² da Zona Económica Exclusiva (ZEE), a que acrescerão 3,877 milhões Km² de solo/subsolo correspondente à Plataforma Continental (valor estimado, já que os dados desta última proposta permanecem confidenciais; na proposta original, de 2009, tinham sido reivindicados 2,15 milhões de Km²).

Portugal terá assim que enfrentar desafios muito específicos: se por um lado tem um enorme potencial de riqueza, tanto mais relevante quanto a tendência para uma maior dependência dos recursos Oceânicos, tem por outro lado um escasso território, uma população de menos de 10 milhões de habitantes e um orçamento e recursos económicos dentro da mesma pequena escala, sendo pois necessário encontrar alternativas para proteger e explorar os seus recursos.

Considerações Prospetivas

Com a eventual exceção do esforço mundial para erradicar a varíola, os cenários de cooperação global são traços raros da história. Assim, não temos razões para pensar que esta realidade se irá alterar para preservar o bem-estar da Humanidade, quando um grande número de indivíduos e Estados tendem a considerar que ou o problema é dos outros, ou se os outros não se sacrificam, porque o faremos nós?

Por outro lado e apesar das honrosas exceções (que nos permitimos exemplificar através das posições do Papa Francisco e do Secretário Geral das Nações Unidas, Eng^o António Guterres), a maioria dos líderes políticos tentam não enfrentar as forças que geram empregos e consequentemente votos, sendo que grande parte da opinião pública ainda é indiferente ou cética, relativamente à existência e/ou efeitos da deterioração ambiental.

Nestas condições, a História diz-nos que o mais provável é verificar-se uma abordagem pragmática. Muito provavelmente os Estados continuarão a ser pressionados para implementar medidas de proteção ambiental, e adotarão as medidas necessárias para, aqui e ali, resolver os problemas de poluição mais graves, eventualmente conseguindo mesmo debelar alguns aspetos. Mas é muito provável que os problemas de fundo gerados pelo crescimento populacional, migrações, poluição e alteração climática continuem a crescer nas próximas décadas, acelerando a delapidação dos recursos.

E Agora?

Se o status quo se mantiver sensivelmente sem alteração até ao final deste século, devemos começar a enfrentar algumas perguntas pertinentes:

1. *As mudanças em curso, nomeadamente ao nível demográfico e climático, são suscetíveis de mudar o eixo Geopolítico de Terra para o Oceano?*

Embora as opiniões sejam divergentes relativamente ao facto do Oceano estar destinado a ser a principal fonte de recursos naturais do futuro²⁰, é já considerado muito provável converter-se no foco Geopolítico mais relevante das próximas décadas [19]. Sem deixar de ter em conta que a população mundial tende para um equilíbrio em torno dos 10 biliões no final do século, este número representa uma grande pressão para os recursos.

É um facto que a Humanidade não tem precedentes para avaliar o verdadeiro impacto numa população com estas dimensões e esta realidade não é suficientemente duradoura para poder prever com rigor as consequências, mas é pouco provável que a situação deixe de se deteriorar no nosso tempo de vida.

É lógico presumir a necessidade de obter os recursos mais longe e, eventualmente, com um maior custo, o que por sua vez pode tornar o Oceano num novo 'Eldorado', como refere Coutansais [19].

Se este interesse acrescido no Oceano é suscetível de o colocar na primeira linha da Geopolítica, deve ser ponderado como uma hipótese bastante razoável, face às circunstâncias.

2. *Se o Oceano se tornar a mais importante fonte de recursos, como poderá influenciar o contexto Geopolítico, nomeadamente as relações entre os Estados mais ricos relativamente aos mais pobres?*

Pode dizer-se que esta é 'a questão' do futuro equilíbrio Mundial. Como referido, a exploração dos recursos marinhos é uma atividade dispendiosa, pelo que um número significativo de Estados com elevado potencial, não terão recursos para identificar e/ou explorar as suas riquezas. Como em qualquer atividade económica, quanto maior for o investimento, maior tenderá a ser o período contratual necessário para cobrir o investimento o que, por sua vez, implica um maior risco de dependência desses Estados relativamente a terceiros.

Os parceiros poderão ser Entidades Públicas ou Privadas, mas nas negociações com Estados os riscos são sempre elevados para ambos os

20 FRIEDMAN, G (2009), KISSINGER, H (2015), ZEIHAN, P. (2016)

parceiros (vide as nacionalizações na Venezuela e em sentido inverso, a situação da América Central e em especial das Honduras, cuja economia dependia quase exclusivamente de empresas Americanas, dando origem ao termo ‘República das Bananas’²¹, ainda hoje usado). Estes riscos não são obviamente novos, mas o espectro de países suscetíveis de ser influenciados por um fenómeno ou outro, será bem mais abrangente.

Provavelmente com exceção dos Impérios Coloniais (séculos XVI e inícios XX) ou a bipolaridade no período da Guerra Fria e as suas consequências (que ainda vivemos), os interesses de controlo Geopolítico tendem a focar-se nos espaços circundantes ao Estado que exerce o controlo, ou num ponto estrategicamente relevante (como os Canais do Suez ou do Panamá, ou nas regiões com maiores reservas de crude). Contudo, com a exploração da Plataforma Continental dum outro Estado, ou duma região da ‘Área’, este espaço vital fica virtualmente sem limites. Assim, a globalização dos espaços suscetíveis de gerar interesse geopolítico é uma realidade relativamente nova.

Imaginemos um cenário não muito longe da realidade: Portugal orbita na esfera de influência e é aliado dos EUA. Tem uma vasta e potencialmente muito rica Plataforma Continental. Contudo, os EUA não demonstram muito interesse pelas questões de Segurança e Defesa de Portugal que, para além de aliado, tem um sistema político democrático e estável.

Mas se Portugal decidisse contratar com a RP da China a exploração dos recursos na Plataforma Continental, iriam os EUA aceitar tal decisão sem tentar intervir? E não iria a RP da China tentar tirar partido da presença em grande escala, às portas da costa Atlântica dos EUA? Assim, o que parece uma mera decisão económica e científica, é suscetível de causar um desequilíbrio Geopolítico.

Este exemplo simples é uma forte possibilidade para vários outros países que necessitem de alargar a sua esfera de influência para satisfazer as necessidades fundamentais para a subsistência da população. Vazios legislativos e conflitos, podem tornar decisões económicas em

21 O termo foi criado por O. Henry, um humorista e cronista dos Estados Unidos, no livro de contos *Cabbages and Kings*, de 1904. A história fictícia na América Central, reportava-se na realidade às Honduras, cuja economia era controladas pelas empresas *United Fruit Company* e *Standard Company*.

verdadeiros focos de conflito internacional. Nestes termos e porque a problemática se intensifica com o escassear de recursos e evolução tecnológica e científica que viabiliza economicamente explorações que antes não se consideravam, a probabilidade de conflitos internacionais tende a alargar-se, tornando mais prioritário a UNCLOS endereçar estas realidades, tendo em consideração o contexto do século XXI e não o do século XX.

3. *Como equilibrar interesses Económicos, Segurança e Defesa e Desenvolvimento Sustentado, na exploração do Oceano?*

O balanço entre interesses Económicos, Segurança e Defesa e Desenvolvimento Sustentado, é necessariamente o corolário das duas questões anteriores.

Para a autora é inevitável que estes eixos venham a chocar, podendo colocar o Parceiro mais débil perante o dilema de ter de escolher entre os interesses económicos e de sustentabilidade, ou a Segurança, (em última análise, afrontar aliados tradicionais, ou converter-se numa 'República das Bananas').

Eventualmente, a consciencialização destas questões e a sua abordagem com reforço das garantias internacionais, pode minimizar futuras problemáticas.

Em qualquer caso, é nossa convicção que o eixo central da Geopolítica mudará para a órbita do controlo do Oceano.

Conclusão

Antes de mais cabe referir que as considerações anteriores não têm subjacente qualquer intento catastrofista. O seu objetivo é apenas apresentar alguns dos riscos que se antecipam para a Humanidade num futuro próximo e estimular a reflexão com vista a uma atitude proativa suscetível de minimizar os efeitos negativos.

Esta postura proativa é especialmente exigida de Portugal: o país reclamou uma Extensão da Plataforma Continental, que implica que

97% do seu espaço Soberano passe a ser no Oceano; devemos ainda ter presente que se trata de um pequeno país, com recursos limitados e numa zona estratégica entre continentes, o que torna mais premente que, desde já, o Estado e os *'stakeholders'*, incluindo empresas, investidores e academia, pensem estrategicamente e de forma concertada, sobre as medidas a ser adotadas, respetivas prioridades, recursos necessários e estratégicas de parceria.

Esperamos com este texto ter estimulado uma reflexão comum sobre o impacto duma previsível reconfiguração nos paradigmas Geopolíticos, nomeadamente no que concerne à mudança dos seus eixos de referência mais importantes e as consequências daí decorrentes para o mundo em geral, e para Portugal em particular.

Bibliografia

La BLANCHE, Vidal (1908), *Tableau de la géographie de la France*, Librairie Hachette, Paris – 1st of 28 Volumes collection, edited by Ernest Lavisse

COUTANSAIS, C (2017) *La mer, nouvel eldorado?* La Documentation Française, Paris (2012) *Géopolitique des océans, L'Eldorado maritime*, Ellipses, Paris (quotation p. 8)

DIJKINK, G (2015), “Gertjan Dijkink: Geopolitical Visions, National Identity, Balkans, Ethnic Cleansing,” *Exploring Geopolitics*, Interview by: Leonhardt van Efferink (Jan 2015),

http://www.exploringgeopolitics.org/interview_dijkink_gertjan_geopolitical_visions_national_identity_balkans_ethnic_cleansing_somalia_piracy/.
FRIEDMAN, G (2009), *The Next 100 Years, A Forecast for the 21st Century*, Allison & Busby Ltd, London

MAHAN, T.A., (1890) *The Influence of Sea Power upon History, 1660–1783* (1905, 2 vols.), *Sea Power in Relation to the War of 1812*

RIBEIRO, S, (2001), “Fundamentos Teóricos Da Estratégia,” *Geopolítica & Prospectiva - Relatório SaeR*, p.12, Lisboa, quoting JOUVENEL, H. (1999), “La Démarche Prospective. Un bref guide méthodologique”, *Futuribles*, n° 247 November 1999, p. 48

ROYER, P (2012), *Géopolitique des mers et des océans – Qui tient la mer tient le monde*, Presse Universitaire de France, Paris, p. 83

RODRIGUE, Jean-Paul (2017), *The Geography of Transport Systems*, 4th Ed., Routledge, New York; BROWN, David, “10 Facts about the Internet’s Undersea Cables”, November 12, 2015, <http://mentalfloss.com/article/60150/10-facts-about-internets-undersea-cables>

VENIER, P (2010), “Les Principaux Courants Théoriques de La Pensée Géopolitique Au XXe Siècle,” *L’espace Politique (Online)*, 2010, <https://doi.org/http://journals.openedition.org/espacepolitique/1714>

Les ARÈNE Ed. (2015) *La Terre est bleue, atlas de la mer au XXIe siècle*, Paris

KISSINGER, H (2015), *World Order*, Penguin Books UK, London

ZEIHAN, P. (2016), *The Absent Super Power, The Shale Revolution and a World Without America*, Peter Zeihan on Geopolitics, Austin Tx

OECD (2016), *The Ocean Economy in 2030*, OECD Publishing, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264251724-en>.

Lloyd’s Register (2013), *Global Maritime Trends 2030*, London <https://www.lr.org/en/insights/global-marine-trends-2030/>

NOTA BIOGRÁFICA DOS AUTORES

Ana Cordeiro de Azevedo

Licenciada em Direito na Universidade Clássica de Lisboa e foi admitida na ordem como advogada (não exerce atualmente). Completou um pós-graduação e posteriormente o Mestrado em Estudos Europeus, na Universidade Católica e foi Auditora no Curso de Defesa Nacional no Instituto da Defesa Nacional 2018/2019. Presentemente é doutoranda em Ciência Política e Relações Internacionais na Universidade Católica Portuguesa, investigadora no respetivo Centro de Investigação (CIEP). Possui ainda formação complementar nas áreas financeira, económica, gestão de risco e ‘compliance’.

António Sousa Monteiro

É doutorando em História Moderna e Contemporânea pelo ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, sendo licenciado em Estudos Europeus e Política Internacional e mestre em Relações Internacionais pela Universidade dos Açores, onde defendeu a dissertação com o título “As Ilhas nas Relações Internacionais: o caso da Ilha de Santa Maria no Século XX”. As suas áreas de interesse centram-se no internacionalismo das ilhas açorianas, particularmente Santa Maria, com enfoque nas ligações aéreas das ilhas açorianas ao resto do mundo. Tem experiência profissional na área do turismo e foi deputado municipal em Vila do Porto. É co-fundador e atual presidente da direção da LPAZ – Associação para a Promoção e Valorização do Aeroporto de Santa Maria.

Aurelio Velázquez Hernández

Doctor en Historia por la Universidad de Salamanca. Es Profesor en la Universidad de Cantabria. Ha disfrutado de una beca posdoctoral en la Universidad Nacional Autónoma de México y en un Contrato Juan de la Cierva en la Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED),